Saiba+

Desde 2006 | Outubro de 2017 | Faculdade de Jornalismo - PUC Campinas

Alterações em lei podem prejudicar jogadores

Pág. 11

Polo de cinema é alvo de vandalismo

Janelas quebradas, espaços ociosos, vandalismo e estrutura comprometida. Essa é situação em que se encontra a Escola Magia do Cinema em Paulínia, um projeto ambicioso que completa dez anos em 2017.

Pág. 4

Bibliotecas têm desinteresse do publico

A rede de Bibliotecas Públicas de Campinas completa, neste ano, 71 anos de sobrevivência. Hoje, no entanto, a rede composta por cinco unidades, uma delas temporariamente fechada, encontra desafios como o desintereresse pelos livros impressos.

Pág. 5

Acolhimento do CAPS é fechado

O fechamento da única Unidade de Acolhimento de Adultos de Campinas (UA) deixou a cidade sem um lugar público de atendimento e tratamento para pessoas com problemas de saúde mental ligados ao uso do álcool e de drogas.

Pág. 9

Descuido prejudica pedestres perto da PUC I

No Parque das Universidades, centenas de estudantes se deslocam pelas ruas no horário das aulas. Mas o que era para ser uma caminhada tranquila até a faculdade transforma-se em um verdadeiro desafio.

Pág. 10

Foto: Luciano Claudino

"Cura gay": decisão tomada pelo juiz Waldemar Claudio de Carvalho concede liminar que permite psicólogos desenvolverem estudos, atendimentos e pesquisas com homossexuais. ***Pág. 7***

Peças de museu se deterioram por armazenamento deficitário

O acervo do Museu da Cidade de Campinas está ameaçado por conta do descaso do Poder Público com o patrimônio cultural do município. Cerca de 6 mil peças, que incluem itens da cultura popular, indígena e folclórica da cidade, não possuem um local adequado para armazenamento e sofrem com a deterioração. Em 2015, grande parte do material precisou passar por uma limpeza, após ficar exposto no antigo prédio da Lidgerwood, onde funcionava o Museu, no centro da cidade. O edifício recebeu a última manutenção em 1994 e tem diversos problemas de infraestrutura que prejudicaram o acervo, como infiltrações nas paredes, goteiras e janelas quebradas.

Pág. 3.

Foto: Felipe Bettarello

Mesmo em novo espaço, acervo do Museu da Cidade de Campinas está armazenado de forma inadequada na Casa de Vidro. ***Pág. 3***

RÁPIDAS - Gabriela Brattisch

Metro quadrado custa R$ 7,2 mil

Foto: Gabriela Brattisch

Campinas tem o segundo metro quadrado mais caro do Estado

De acordo com levantamento do Sindicato da Habitação (Secovi-SP), Campinas tem o segundo metro quadrado mais caro do estado de São Paulo, ficando atrás somente da Capital. O valor médio chega a R$ 7,2 mil por metro quadrado. O balanço levou em conta o preço médio de outras 41 cidades da região. Até o ano passado, a cidade de Campinas ocupava a terceira posição no mesmo levantamento feito pela entidade.

Cresce procura por escolas públicas

A crise econômica e o aumento do desemprego levaram os pais de 2 mil estudantes a mudar seus filhos de escolas particulares para municipais em Campinas. O levantamento é da Secretaria de Educação, que hoje conta com um déficit de 8 mil vagas na rede pública, número que cresce desde 2013. A expectativa do órgão é criar mil novas vagas até o início de 2018.

Maioria dos acidentados são motociclistas

Um levantamento do Sistema de Informações de Acidentes de Trânsito do Estado de São Paulo (Infosiga-SP) mostra que os motociclistas são principais vítimas do trânsito de Campinas. De acordo com o Infosiga-SP. das 102 mortes no trânsito ocorridas neste ano, 39 envolviam condutores sobre duas rodas. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016 apontam que Campinas possui uma frota de 124 mil motocicletas. O número de mortes de condutores desses veículos aumentou 14% em relação ao ano passado.

Abertas inscrições para festival de música

As inscrições para apresentações de trabalhos no Festival de Música Contemporânea Brasileira estão abertas até o dia 15 de novembro. O evento será realizado em Campinas de 20 a 24 de março de 2018 e terá a participação de dois nomes expressivos da música brasileira: Egberto Gismonti e Marisa Rezende. O público poderá participar de cinco dias consecutivos de atividades gratuitas, com programação que inclui mesas-redondas, recitais e concertos sobre as obras dos homenageados, além de uma mostra musical no Centro Infantil Boldrini. Para se inscrever, acesse http://www.fmcb.com.br/inscricoes.

Expediente

Jornal laboratório produzido por alunos da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas.
Centro de Comunicação e Linguagem (CLC)
Diretor: Rogério Bazi;
Diretora-Adjunta: Cláudia de Cillo;
Diretor da Faculdade: Lindolfo Alexandre de Souza.
Professor responsável: Fabiano Ormaneze
(Mtb 48.375)
Edição: Bárbara Gasparello e Stéphanie Borin
Diagramação: Heloise Meirelles e Livia Jacob

CARTA AO LEITOR

BÁRBARA GASPARELLO
STÉPHANIE BORIN
EDITORES

Caríssimo leitor,

Nessa segunda edição do *Saiba+* de 2017 trazemos os fatos mais importantes da RMC. Nossa principal manchete aborda uma situação preocupante: o abandono no Museu da Cidade de Campinas, que contém mais de seis mil obras empacotadas, sem lugar apropriado para armazenamento e sofrem com a deterioração.

Ainda sobre descasos com patrimônios públicos, destacamos também o descuido com o polo cinematográfico de Paulínia. Também trazemos uma reportagem sobre a difícil luta das bibliotecas pela sobrevivência.

O jornal também aborda a grave situação de violência contra pessoas LGBT, afinal os casos têm aumentado em quase 50%. Ainda no mesmo assunto, a polêmica e ofensiva aprovação da "cura gay" e suas consequência ao público homossexual.

Na área da saúde, uma matéria sobre o fechamento da Unidade de Acolhimento de Adultos do CAPS de Campinas.

Por fim, o repórter Thiago Esmeriz mostra as mudanças que o Congresso tem proposto para a Lei Pelé. Boa leitura!

Artigo

GABRIELA BRATFISCH

OS HOMENS QUE NÃO AMAVAM AS MULHERES

Toda semana é possível encontrar notícias sobre assassinatos de mulheres por seus companheiros. Inúmeras publicações de casos que parecem se repetir com uma intensidade brutal: homens que tiram a vida de suas esposas, namoradas e parceiras sob as justificativas de ciúmes, traição ou pelo simples fato de que a pessoa que mataram era uma mulher, e por isso merecia morrer.

Além disso, juntamente em todos os casos que culminam em assassinatos, estão as vítimas, silenciosas ou não, da diária violência física. Segundo última pesquisa do Datafolha sobre o tema, 503 mulheres são vítimas de violência física por hora no Brasil e, destas, 53% são agredidas dentro da própria casa. Já o assédio nas ruas também reforça o padrão de violência: 40% das entrevistadas afirmaram já ter sido assediadas física ou verbalmente nas ruas, o que totaliza cerca de 30 milhões de mulheres.

A violência e o assédio não são exclusividade de uma classe social ou região específica do País. Entre brancas e negras, pobres e ricas, sulistas ou nordestinas, as mulheres, cuja integridade física e mental é destruída diariamente por homens, enfrentam não somente o medo e a dor pelos crimes que sofrem, mas também a rispidez com que são tratadas pela sociedade.

Entretanto, mesmo com leis que protegem mulheres de qualquer tipo de violência, a incidência de casos não diminui. A mentalidade machista da sociedade brasileira, o atendimento inadequado às vítimas na maioria dos casos e o medo da vingança do companheiro fazem com que, diariamente, milhares de mulheres se calem.

Locais de atendimento adequado, delegacias especializadas, apoio psicológico e social do Estado são elementos fundamentais que devem ser oferecidos às vítimas, além da tão esperada (porém quase nunca cumprida) dura sentença ao agressor.

Denunciar esse tipo de crime implica, para a mulher, expor que seu próprio marido, namorado ou companheiro é capaz de odiá-la a ponto de machucá-la gravemente. Além disso, muitas vezes, nas redes sociais, elas sofrem com o julgamento dos que acreditam que "ficaram quietas porque gostavam de apanhar". A mulher, portanto, precisa, então, admitir que o ciúmes dele não tem nada a ver com amor ou com o "temperamento forte", mas sim com violência, machismo e com a tão doentia ideia entranhada na sociedade de que um homem tem o direito sobre o corpo da mulher.

Museu em Campinas está abandonado

Peças do acervo estão guardadas em caixas de papelão ou embaladas em tecidos e jornais

Fotos: Felipe Bettarello

Nenhum dos museus sob da Secretaria Municipal de Cultura possui espaços preparados para armazenar os objetos

Felipe Bettarello

O acervo do Museu da Cidade de Campinas está ameaçado por conta do descaso do Poder Público com o patrimônio cultural do município. Cerca de 6 mil peças, que incluem itens da cultura popular, indígena e folclórica da cidade, não possuem um local adequado para armazenamento e sofrem com a deterioração.

Em 2015, grande parte do material precisou passar por uma limpeza, após ficar exposto no antigo prédio da Lidgerwood, onde funcionava o Museu, no centro da cidade. O edifício recebeu a última manutenção em 1994 e tem diversos problemas de infraestrutura que prejudicaram o acervo, como infiltrações nas paredes, goteiras e janelas quebradas. Isso também facilitou que pombos entrassem e sujassem algumas peças. Sem uma previsão de restauração do local e após o trabalho de higienização e catalogação, os itens foram embalados e guardados em uma sala da Estação Cultura.

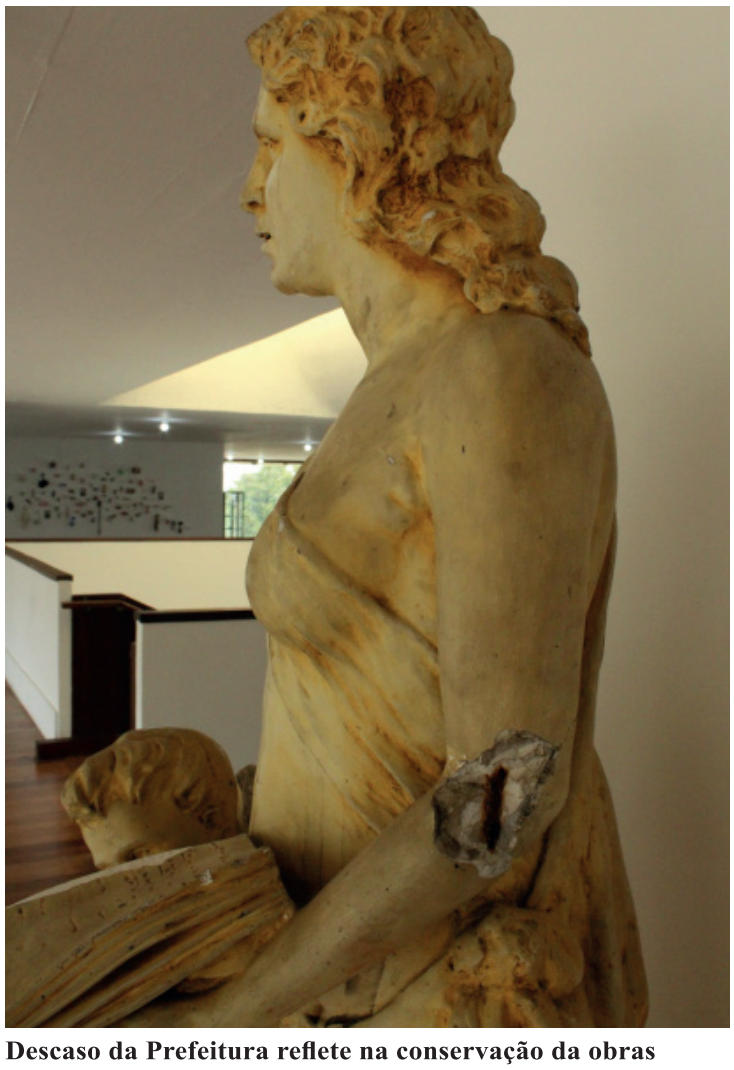
Dois anos depois, o museu foi reaberto para exposições na Casa de Vidro, novo Centro Multicultural de Campinas, localizado no Lago do Café, no Taquaral, para onde o acervo também foi transferido. Sem uma reserva técnica, espaço físico usado pelos museus para o armazenamento seguro dos materiais, e colocadas em local sem controle de acesso e visível ao público, as peças estão guardadas em caixas de papelão ou embaladas em tecidos e jornais. Além disso, a arquitetura do novo espaço não favorece a guarda adequada do acervo, uma vez que as enormes janelas de vidro permitem a incidência direta da luz solar, que deteriora os itens.

A coordenadora de Extensão Cultural de Campinas, Mary Ângela Biason, diz que a Secretaria de Cultura tenta melhorar a estrutura dos museus da cidade, mas a falta de verbas é o principal impasse: "Nós fazemos o possível para preservar o acervo da melhor forma dentro da nossa realidade. A mudança para a Casa de Vidro foi um passo importante, porque lá as peças estão sendo melhor cuidadas. É o sonho de todo museu ter um local adequado para o seu material, mas é algo difícil de se conseguir", afirma. De acordo com Mary, nenhum dos sete museus sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura de Campinas possui reserva técnica ou espaços preparados para armazenar os objetos.

Além de organizar fisicamente o material de um museu, uma reserva técnica possui temperatura, umidade e luminosidade controladas para preservar a integridade das peças em longo prazo. Para o museólogo e antropólogo Artur Davinesi, pesquisador no Centro de Memória (CMU), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a construção de uma reserva técnica para o Museu da Cidade é urgente. "A falta de reserva técnica é um problema na grande maioria dos museus públicos do Brasil e, no caso do Museu da Cidade, é maior ainda, pois não estamos falando de um acervo comum. São muitas plumagens, cestarias e outros itens frágeis de origem orgânica que sofrem com a deterioração mais facilmente e que podem ser perdidos se não forem tomados os devidos cuidados", diz. Criado para difundir e preservar a história e a cultura de Campinas, o Museu da Cidade é uma fusão entre os museus Histórico, do Índio e do Folclore, que funcionavam no Bosque dos Jequitibás, até 1992, quando o acervo foi transferido para a sede no prédio da Lidgerwood.

Quem visita a nova exposição, no Lago do Café, consegue perceber os sinais de deterioração em algumas peças. É o caso do corretor de imóveis Valdinei Sobrinho, de 49 anos, que trouxe a esposa e o sobrinho para conhecer o novo espaço, inaugurado em 28 de setembro. "Dá para perceber sim que algumas peças estão faltando pedaços, enferrujadas, sujas. A gente entende que são coisas antigas, mas acho que poderiam ser melhor cuidadas. Se continuar assim, não dá para saber se as próximas gerações vão poder conhecer essa parte da história que estamos vendo hoje aqui", reclama.

Área de armazenamento improvisada no Largo do Café



Descaso da Prefeitura reflete na conservação da obras

Polo de cinema de Paulínia está abandonado

O projeto, que custou mais de R$ 470 milhões, está com a estrutura danificada e vandalizada

Fotos: Mário Gregório

O complexo possui estúdios de gravação, rodoviária, que recebe ônibus municipais e intermunicipais, shopping e hotel criado para receber profissionais

Mário Gregório

Janelas quebradas, espaços ociosos, vandalismo e estrutura comprometida. Essa é situação em que se encontra a Escola Magia do Cinema em Paulínia, um projeto ambicioso que completa dez anos em 2017. O objetivo era transformar a cidade em referência na produção audiovisual e na formação de diretores, técnicos de cinema e atores, mas agora parece reduzido a um grande elefante branco.

"O espaço foi importante para fomentar e estimular o cinema da região. Conheço pessoas que passaram pela escola e hoje estão colocadas no mercado audiovisual, algo que é complicado dada a restrição que este mercado possuí", afirma o cineasta e professor da PUC-Campinas, Cauê Nunes, que participou por três anos do Festival de Cinema de Paulínia, um dos projetos desenvolvidos no período em que o Polo estava ativo, de 2007 a 2013.

O complexo cinematográfico conta, além dos estúdios de gravação, com a rodoviária, que recebe ônibus municipais e intermunicipais, um shopping e um hotel, localizado há poucos metros do local. Tudo pensado para atender às necessidades dos produtores que utilizassem o espaço. "Leva tempo para que um projeto como o de Paulínia seja consolidado. Isso poderia ter acontecido e o festival era um claro exemplo disso. Produções locais começariam a ser apoiadas, inclusive financeiramente", conta Nunes. "Além disso, outro ponto importante eram as sessões de cinema gratuitas que aconteciam, formando assim um novo público consumidor das produções", completa.

Além dos vidros quebrados nas janelas, a reportagem do *Saiba+* encontrou ainda diversas vigas da estrutura dos prédios com ferrugens. Próximo à Escola Magia, estavam apenas dois meninos que usavam o estacionamento em frente à um dos estúdios para andar de skate e um vigilante.

O projeto do Polo custou mais de R$ 470 milhões aos cofres públicos. Dinheiro investido em uma estrutura que poderia produzir mais de 50 filmes por ano e que tinha como expectativa atrair trabalhadores e produtores audiovisuais. A partir de 2010, o Festival de Cinema de Paulínia também foi realizado e durou quatro anos. O objetivo era se transformar em uma vitrine na exibição das produções nacionais, algo parecido com o que acontece em Gramado, no Rio Grande do Sul.

> **"O espaço foi importante para fomentar e estimular o cinema da região."**

Desde 2015, quando a novela da *Record TV Escrava Mãe* foi filmada pelo local, nenhuma outra produção foi realizada. Vale lembrar que importantes sucessos de bilheteria como *O Palhaço* (2011) protagonizado por Selton Mello e *De Pernas Pro Ar* (2009) foram filmados nas instalações da Escola Magia.

O prefeito de Paulínia Dixon Carvalho (PP), que recorre da decisão da Justiça Eleitoral que cassou seu mandato no dia 27 de setembro por divergências nas contas da campanha, afirma que existem conversas avançadas para que, através de uma parceria com a iniciativa privada, as atividades sejam retomadas. "Nós esperamos que, até o final do ano, ou seja, em cerca de dois meses, as aulas no complexo sejam retomadas. Estamos fechando acordos para investimentos e também com algumas produtoras. Pretendemos também que os realizadores da região tenham espaço", afirma. A Prefeitura argumenta que o local está fechado há tanto tempo pelas sucessivas trocas na administração municipal, graças a várias cassações desde 2009.

O espaço está sem ser usado desde 2015, ano em que foi filmada a novela *Escrava Mãe*

Bibliotecas públicas lutam pela sobrevivência

Falta de incentivo financeiro da Prefeitura e desinteresse do público ameaçam o funcionamento

Larissa Cristiny

A rede de Bibliotecas Públicas de Campinas completa, neste ano, 71 anos de sobrevivência. Hoje, no entanto, a rede composta por cinco unidades, uma delas temporariamente fechada, encontra desafios que vão muito além de um mundo conectado e desinteressado pelos livros impressos. Os tempos são outros, os leitores são outros, mas a administração e o orçamento que nunca consegue pagar a conta continuam os mesmos.

Atualmente, o acervo da rede de Bibliotecas Públicas de Campinas conta com 72.955 obras distribuídas nas quatro unidades em funcionamento. Além da necessidade de trocar alguns volumes desatualizados, a Biblioteca ainda enfrenta a falta de funcionários e o fechamento da unidade da Biblioteca Municipal de Sousas, devido a débito com o proprietário do prédio.

Segundo a Coordenadora da Rede de Bibliotecas Públicas de Campinas Renata Alexsandra da Silva, a situação acontece, pois falta não só um incentivo à cultura de forma geral, mas, principalmente, uma gestão que acredite na área. "A falta de recursos acontece por dois motivos: tanto a gestão que não vê isso como uma prioridade, como também pela falta de recursos no sentido mais geral quando pensamos sobre o momento em que estamos vivendo".

Ainda de acordo com Alexsandra, a falta de investimento e incentivo está ligada intrinsecamente à mudança na forma de ver as bibliotecas. Segundo ela, os novos meios digitais promovem um distanciamento, quando, na verdade, devem estar ligados ao consumo de informação e ao espaço. "As bibliotecas não são um meio de resistência à era digital. Elas precisam estar alinhadas às novas tecnologias. Hoje, o ideal é trabalhar com a biblioteca híbrida, que comporta esses dois mundos: impresso e o digital. As nossas bibliotecas ainda não estão inseridas nesse quadro, mas existem projetos para que isso aconteça. E precisa acontecer ", diz.

A conversão para o sistema híbrido, porém demanda tempo e dinheiro. Sem o apoio da administração, que em tempos de crise lida apenas com as urgências orçamentárias, o governo deixa de lado quaisquer tipos de investimento ligado à área de cultura. O diretor da Biblioteca Pública Municipal Prof. Ernesto Manoel Zink, João Henrique Cuelbas, ressalta que a maioria das unidades não está inserida nesse sistema híbrido. "Nós estamos passando por mudanças. O bibliotecário, na verdade, é um grande gerente de informações. Ele deve atuar com diversos suportes. As bibliotecas públicas, de modo geral, não ingressaram ainda nesse meio digital. Hoje não estamos fazendo esse papel de mantenedores da informação pública e esse é nosso principal objetivo", afirma.

Fotos: Larissa Cristiny

Para João Henrique, a maioria das bibliotecas não está inserida no mundo tecnológico

Segundo o diretor, o principal trabalho das bibliotecas hoje não deve ser apenas o acesso à informação em diferentes suportes, como também trabalhar promovendo manifestações culturais dentro dos espaços das bibliotecas. Essa é uma realidade que já existe nas bibliotecas públicas de Campinas que, em conjunto com os artistas, promovem exposições e saraus não só visando à transformação do espaço, como também a utilização das produções culturais para atrair público para as bibliotecas.

Para Danilo Alves da Cruz, psicólogo de 34 anos e frequentador da Biblioteca Municipal Prof. Ernesto Manoel Zink de Campinas há três anos, a crise enfrentada tem dois lados: a gestão que não investe como deveria e um público que não se apropria do espaço. Além disso, para ele, as bibliotecas ainda precisam lidar com a questão da visibilidade e acessibilidade. "São mal localizadas e muito centralizadas. Acredito que uma biblioteca municipal deveria estar mais perto da periferia ou mesmo do grande centro onde as pessoas circulam. Essa biblioteca atrás da Prefeitura acaba não sendo acessível para o público que mais precisa dela", comenta.

Esse é o caso da estudante pré-vestibulanda de 18 anos, Bruna Zietiana Finda, moradora do bairro Campos Elíseos. Todos os dias vai até o Cambuí utilizar o espaço comum para estudos na Biblioteca. Ela está estudando para cursar medicina. "É um ambiente controlado e próprio para o estudo, onde eu tenho acesso à internet, aos livros, qualquer tipo de pesquisa que eu precise fazer. No caso, no meu quarto, eu não tenho o que preciso, o ambiente adequado. Aqui, além de ter isso, ver outras pessoas estudando é um incentivo", conta.

Pesquisa revela que 43% dos brasileiros não leem livros

Os brasileiros ainda leem pouco. É isso que revela a quarta edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-livro no ano de 2015. A pesquisa contou com a participação de 188 milhões de pessoas e revelou que apenas 56% dos entrevistados leem pelo menos um livro a cada três meses. Para 43% dos entrevistados, a leitura não acontece por falta de tempo. A cada edição, a pesquisa mostra, por outro lado, a diminuição na proporção dos que afirmam não ter nenhuma dificuldade para ler.

Bruna Finda vai todos os dias à biblioteca do Cambuí

O livro mais lido tanto entre estudantes quanto não estudantes continua sendo a bíblia. A pesquisa revela que 15% dos entrevistados têm o livro religioso como principal leitura. Número que também reflete sobre o lugar onde os leitores preferem ler: para 81%, a leitura é preferivelmente realizada em casa, enquanto apenas 19% usa o ambiente das bibliotecas. É o caso do educador infantil, Mateus D'ávilla, de 22 anos, que lê até mais que três livros por mês. "Sempre fui um amante de livros, mas, ao contrário do que deveria ser um hábito, eu não frequento bibliotecas. Sempre tive um ambiente muito bom em casa e a maior parte dos livros de que preciso estão aqui", afirma.

As principais formas de acesso aos livros também são fatores que refletem o público escasso nas bibliotecas públicas. As lojas físicas e online são a principal forma como 43% dos leitores adquirem seus livros, seguido de 23% por presentes e 21% emprestados de amigos ou familiares. Segundo a pesquisa, apenas 7% dos leitores recorrem ao empréstimo nas bibliotecas públicas.

Se, para a grande maioria, não ler ou ler pouco é reflexo da correria do dia a dia, para 14% dos entrevistados, a televisão ainda é a principal atividade realizada no tempo livre. Os meios digitais não ficam muito atrás: 11% escutam música e 10% utilizam a internet. A leitura de livros impressos ou digitais está apenas entre as preferências de 4,7% dos entrevistados. Contradição? Não, apenas a realidade de um país no qual o incentivo à cultura fica no segundo plano.

Juiz concede liminar para "reversão sexual"

Ação conhecida como "cura gay", permite que psicólogos desenvolvam estudos e tratamentos

Carolina Lima

Decisão tomada pelo juiz Waldemar Claudio de Carvalho, em 15 de setembro, concedeu liminar que permite psicólogos de desenvolver estudos, atendimentos e pesquisas científicas com homossexuais. A ação conhecida como "cura gay" permite que os profissionais ofereçam terapias de "reversão sexual", sem a censura ou sanção do Conselho Federal de Psicologia (CFP). A decisão causou indignação nas redes sociais, além de trazer lembranças dolorosas a pessoas que já passaram por tentativas de "cura".

Tais práticas são proibidas pelo CFP, que, desde 1990, reconhece a homossexualidade como "uma variação natural da sexualidade humana", e não "condição patológica". Mas a ação movida na Justiça do Distrito Federal buscava suspender a resolução do Conselho, que afirma que "psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades" e, portanto, "não devem exercer qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados". Na liminar, o juiz determinou que o CFP não vete estudos ou atendimentos, "de forma reservada, pertinentes à (re)orientação sexual, garantindo a plena liberdade científica do País".

Carolina Cristina, de 35 anos, estudante de Ciências Sociais, fez um relato em uma rede social sobre como foi se assumir lésbica para os pais. Ela conta que escondia o fato e eles descobriram após uma mentira. "Tive que me assumir. Foi melhor assim. Viver uma mentira é a pior coisa que existe", conta.

A estudante lembra que esse foi um momento difícil. Ela ouviu a mãe falando algumas vezes que, apesar de ter amigos gays, seus filhos não podiam ser. "Quando falei, foi dolorido, porque eu achei que eles iam me expulsar de casa, que eles nunca me aceitariam". Ela foi obrigada a ir à igreja e escutar o pastor falar sobre "a aberração de ser homossexual", além de orientada a consultar uma psicóloga.

Foto: Rodrigo Meirelles

A Parada LGBT de 2016 contou com mais de 1 milhão de simpatizantes da causa em SP

Carolina conta que, num primeiro momento, a terapeuta a escutou. Depois, começou a dizer que ela era muito bonita para ser lésbica e, se continuasse, iria fazer os pais sofrerem. A psicóloga chegou a dizer à estudante que ela era inteligente e que, se quisesse, poderia mudar. "Não quis saber das soluções que ela tinha. Nunca mais voltei e eu carrego marcas até hoje dessas experiências ruins".

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), em nota, afirmou que se "posiciona totalmente contrário a esse retrocesso". O órgão entende que a homossexualidade não é doença e, portanto, não requer tratamento. Entretanto, ressalta que pessoas em conflito com sua orientação sexual não estão desamparadas de cuidado psicológico. "Há uma Nota de Orientação, a CRP SP nº 01/2016, sobre o atendimento psicológico a pessoas em conflito com sua orientação sexual e identidade de gênero. Ela aponta a importância da consideração ao contexto sociocultural da pessoa e do reconhecimento do sofrimento psíquico oriundo da vivência de preconceito, discriminação e violências", explicita o documento.

Carolina não se viu desamparada. Depois de outras experiências ruins com profissionais, encontrou uma psicóloga que a ajudou. "Ela não só escutou, mas me ajudou a entender os dramas que vivia, as relações que eu tinha. Eu era uma pessoa extremamente introvertida. Melhorei muito", conta.

Em relação a pesquisas, o CRP-SP afirma que "é um enorme retrocesso considerar a possibilidade de um fazer científico sem postura ética, que se autoriza o uso de cobaias humanas a fim de buscar respaldo a uma lógica patologizante frente à sexualidade humana."

Violência contra pessoas LGBT cresce 47%

São Paulo é o estado que apresenta maior número de mortes; foram 49 assassinatos ano passado

Heloise Meirelles

Em 2016, foram registradas 347 mortes de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT), segundo pesquisa do Grupo Gay da Bahia (GGB). Em 2012, o número foi de 243 casos, o que gerou um aumento de 47% em quatro anos. Só em São Paulo, foram 49 assassinatos no ano passado. No entanto, o próprio GGB afirma que esse é um número subnotificado, uma vez que os crimes nem sempre são registrados como tal e, portanto, faltam estatísticas oficiais. Assim, o relatório anual é feito a partir de denúncias que chegam ao grupo.

Nos dados do GGB, o maior índice de violência é contra transexuais e travestis que, no Estado de São Paulo, têm uma expectativa de idade, em média, de 35 anos. Isso porque a ignorância em relação ao assunto gera diversos tipos de violência, que muitas vezes começam na infância.

É o caso de Isabella Ísis Saragoça, mulher transexual, moradora da cidade de Rio Claro, interior de São Paulo. "Eu pegava as bonecas da minha irmã e ia brincar atrás da porta do quarto. Meu pai chegava e me batia com as bonecas, porque ele não aceitava", diz. Além disso, ela indica a falta de emprego para pessoas transexuais, que acaba gerando uma exposição ainda maior à violência. Por um ano e três meses, Isabella viveu de prostituição e sofreu diversas ofensas e agressões físicas. "Tem aquela coisa de carro passar, xingar. Já teve agressão física, de jogar pedra, lata de cerveja, potinho de cera de lustrar carro", conta.

Até para prestar auxílio muitos gay sofrem preconceito. É o que ocorreu com o estudante Rodrigo Meirelles, quando tentou ajudar uma mulher grávida, que carregava uma criança de colo, e estava sendo fisicamente agredida pelo marido em frente ao terminal de trem de Santo André, região do Grande ABC, em São Paulo. O estudante viu a cena e, percebendo que nenhum dos transeuntes parou para ajudar, resolveu alertar uma viatura da base móvel da Guarda Municipal, que estava ao lado. Um dos guardas foi até o casal, e perguntou à mulher se ela queria registrar o boletim de ocorrência. Ela disse que não e, segundo o estudante, o guarda afirmou que não tinha como ajudá-lá, que se "ela gostava de apanhar, ela deveria apanhar em casa e não na rua, porque as pessoas que passavam se preocupavam com ela, e se ela estava naquela situação era porque ela queria".

Ao indagar o guarda em relação ao tratamento com a moça, o guarda questionou a condição sexual de Meirelles, que afirmou ser gay. "Isso interefere porque vocês são muito sensíveis. Você não pode me dizer o que fazer, porque você é gay." O marido da mulher, incomodado pelo fato de ter sido "interrompido" e a situação ter tomado uma proporção maior do que ele imaginava, deu uma cabeçada no rapaz e puxou a mulher com muita violência até o trem. O universitário ficou inconsciente e foi levantado por pessoas que passavam ao redor. Não soube o que houve com a mulher ou com as crianças.

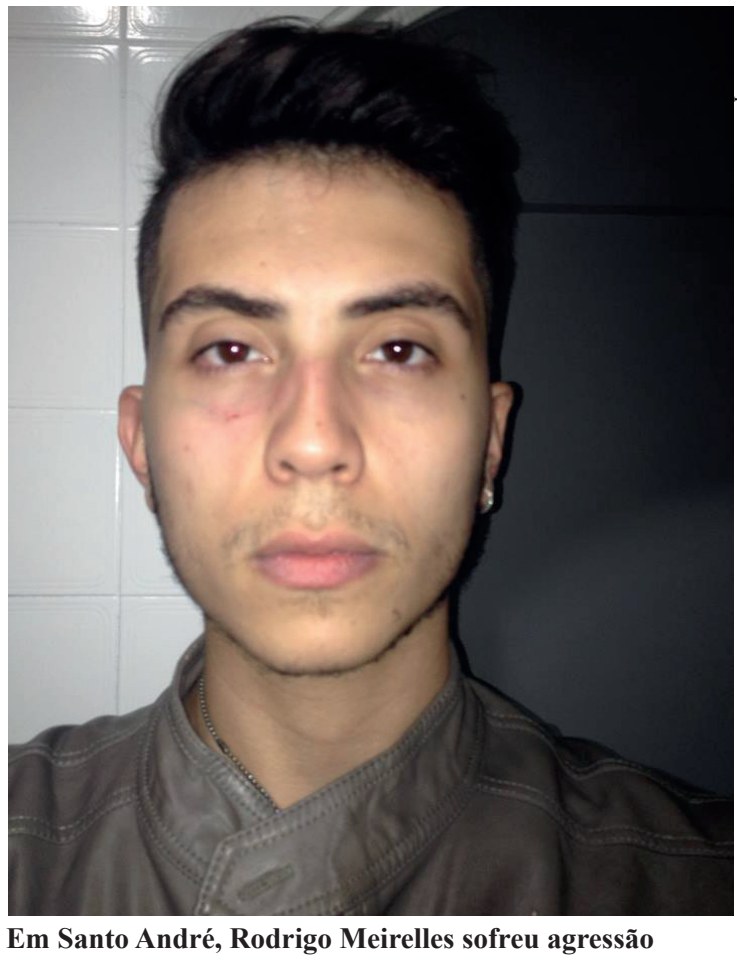


Foto: Arquivo Pessoal

Em Santo André, Rodrigo Meirelles sofreu agressão

A lei estadual 10.948, de 5 de novembro de 2001 prevê a punição de "toda manifestação atentatória ou discriminatória contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero". A falta de conhecimento da legislação faz com que as pessoas que sofrem com a violência continuem caladas. De acordo com o GGB, quando registrados, os casos aparecem no sistema como crime "comum", não de ódio, como deveria ser. Além disso, existe também o medo de ter o nome divulgado e, com isso, desencadear mais agressões.

Clínicas populares são opção de atendimento

Superlotação do SUS e perda de convênios têm feito aumentar a procura por alternativas na área

Jéssica Azevedo

As Clínicas Médicas Populares têm conquistado espaço no mercado e atraído cada vez mais pessoas que buscam atendimento médico de qualidade a baixos custos. Os fatores que contribuem para isso são a superlotação do Sistema Básico de Saúde (SUS) e a perda de planos de saúde particulares por parte da população. Só para se ter uma ideia disso, em Campinas, o número de pessoas com convênio caiu 11% entre março de 2015 e dezembro de 2016, de acordo a Prefeitura, em dados disponíveis na página do Sindicato dos Médicos de Campinas e Região (Sindmed) na Internet. Enquanto isso, os atendimentos na rede público saltaram 45%.

Em dados absolutos, significa que os atendimentos na cidade passaram de 1,5 milhão para 2,3 milhões. Já o número de pessoas com assistência médica particular caiu de 663,3 mil para 589,9 mil. É nesse cenário que as clínicas populares têm se tornado uma opção. Nesses locais, o paciente paga por consulta ou procedimento de baixo a média complexidade com valores abaixo do mercado. Porém, não estão inclusos serviços de urgência e emergência. Nesses casos, deverá recorrer ao SUS ou pagar por um serviço particular convencional.

Não é possível contabilizar quantas clínicas populares estão em funcionamento em Campinas, devido à não existência dessa diferenciação. O código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), que padroniza, em todo o território nacional, as atividades econômicas e os critérios de enquadramento usados pelos órgãos da administração tributária do Brasil classifica apenas as Atividades de Atenção Ambulatorial Executadas por Médicos com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos, com recursos para realização de exames complementares e restrita a consultas. No caso das clínicas populares, elas se enquadram nos dois últimos grupos.

A reportagem do Jornal *Saiba+* procurou três clínicas populares em Campinas, localizadas em lugares distintos, uma delas no Centro, outra num shopping e a terceira num bairro da região central. A média de preço das consultas é entre R$ 80,00 e R$ 88,00. O prazo para o atendimento é de no máximo uma semana.

De acordo com o sócio da clínica MedicMais, em Indaiatuba, que planeja a abertura de três unidades em Campinas até o final do ano, David Pinto, o conceito de clínicas populares surgiu no Brasil em 2010. "Esse conceito começou de 2010 para cá, basicamente em virtude dos altos preços que os convênios praticam, o desemprego e o preço dos serviços particulares. Hoje uma consulta, dependendo da cidade, parte de R$ 250,00 a R$ 300,00".

Ainda de acordo com Pinto, a previsão é de que essa tendência deverá continuar em expansão. "Na minha opinião, os planos de saúde, tal qual conhecemos hoje, passarão por uma revolução e terão que se reinventar, porque se tornaram cada vez mais caros e , com a alta do desemprego, muita gente acabou cancelando". De acordo com ele, devem permanecer apenas os planos em que a pessoa pode fazer reembolso. Para as consultas, ele acredita que as clínicas populares serão suficientes".

Para o estudante Rafael Bellodi Carmona, de 25 anos, as clínicas populares foram uma saída para os atendimentos oferecidos na rede pública. De acordo com ele, embora o serviço seja uma alternativa, nem sempre o horário do atendimento é mantido. "A demora ainda é muito menor do que seria em um posto ou hospital público".

Já para o ex-vendedor Edison Silva, de 54 anos, as clínicas populares foram uma alternativa depois que perdeu o convênio médico. "Faz dois anos que estou desempregado e, por esse motivo, estou sem plano de saúde. Quando precisei agendar uma consulta no SUS, a demora seria de quatro meses para ser atendido. Liguei em julho a consulta seria em novembro. Para quem estava acostumado com os benefícios oferecidos pelo convênio, as clínicas populares são uma boa alternativa. Tinha conhecimento sobre elas por meio de propagandas de rua e recomendo os serviços".

Fotos: Jéssica Azevedo

Não é possível contabilizar as clínicas populares devido à não existência da diferenciação na lei

CRÍTICAS

Em contrapartida, não são todos que enxergam de forma positiva esse tipo de serviço. De acordo com reportagem publicada no site do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp), as clínicas populares não são suficientes para resolver os problemas da área de saúde. Para o órgão, essas iniciativas devem ser encaradas apenas como um modelo "transitório" e não como uma solução definitiva. Ainda de acordo com o Cremesp, os clientes podem estar "jogando dinheiro fora", caso necessitem de procedimentos médicos mais complexos ou uma internação.

Para a médica clínica geral da MedicMais Jéssica Rocha Pessanha Frois, o posicionamento do órgão envolve um cunho ideológico muito forte, assim como todos os conselhos e sindicatos. "O cunho ideológico é no sentido de dizer que isso desvaloriza a profissão, que só visa lucro. Eles não pensam na população que está precisando de atendimento", diz.

Apesar das críticas, ainda de acordo com Jéssica, os benefícios de se atender nessas clínicas são muitos. Ela não tem a pretensão de deixar o trabalho. "Há vantagem para quem quer fugir de regime de plantão, para o especialista que já está querendo o seu consultório. A clínica popular poupa dos desgastes e da dor de cabeça que você tem com as despesas do local, de funcionários, além das taxas que são pagas para ser conveniado em algum plano de saúde. Além disso, os planos costumam demorar 120 dias para pagar e essas clínicas pagam no dia e em dinheiro vivo na mesma hora".

As clínicas populares são opção, principalmente, para as pessoas que perderam o convênio

Unidade de Acolhimento de Adultos é fechada

Prefeitura de Campinas alegou falta de verbas para continuar com os atendimentos aos usuários de drogas

Victória Cócolo

O fechamento da única Unidade de Acolhimento de Adultos de Campinas (UA) deixou a cidade sem um lugar público de atendimento e tratamento para pessoas com problemas de saúde mental ligados ao uso do álcool e de drogas. O serviço, que obedecia a uma portaria do Ministério da Saúde, deixou de funcionar no dia 17 de agosto por decisão da Prefeitura, acabando com as únicas dez vagas destinadas a esse tipo de tratamento.

Em Campinas, o serviço funcionava desde 2013 como um dos recursos do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps-AD), do Jardim do Trevo, e era um dos 35 do Brasil. O serviço era colocado à disposição dos usuários a partir de indicações de psicólogos do Caps e funcionava de acordo com diretrizes nacionais, estabelecidas na reforma psiquiátrica de 1980, que prezou por um atendimento que leva em consideração a complexidade do ser humano, em suas dimensões corporais, psíquicas e sociais.

O corte do serviço foi anunciado em maio de 2017, deixando funcionários e pacientes desorientados. A funcionária da unidade Julia Helena, agora realocada em outro serviço, disse que a Prefeitura alegou que os serviços realizados na UA eram de custo muito alto em relação aos resultados gerados. "Ficamos sabendo que a Unidade de Acolhimento não entraria na renovação de contrato da Prefeitura, com o Cândido Ferreira, porque queriam cortar verba", afirma citando o fato de que todo o serviço era oferecido em parceria com o hospital municipal localizado no distrito de Sousas.

A efetividade do tratamento feito pela Unidade de Acolhimento é uma questão controversa, já que, para os especialistas funcionários da unidade, o significado de sucesso não é o mesmo do que para os órgãos, como a Secretaria de Saúde de Campinas, que acompanham e gerem o projeto. O que acontece é que a proposta do tratamento dentro da UA diz respeito à política de redução de danos. O foco trabalhado é o restabelecimento das relações do indivíduo com a sociedade e a saúde psíquica. A diminuição ou a abstinência do uso de álcool e outras drogas seriam consequências do processo, o que não é considerado "cura" para outros órgãos.

"Cura, para a gente, não tem a ver com parar de usar substâncias ou não. Se a pessoa já volta a socializar, estudar, isso já uma vitória. Causar impacto na vida do sujeito, mudar a relação com a droga, isso é sucesso para nós", afirma Camila Cristina de Oliveira Rodrigues, psicóloga e gestora do Caps, e ex-gestora da UA.

Na tentativa de diminuir o impacto causado em decorrência ao fechamento, a Prefeitura anunciou o prolongamento de tempo de funcionamento dos seis Caps da cidade. Todos passarão, até o final do ano, a ter atendimento 24 horas por dia. A Administração Pública prometeu ainda a expansão de leitos nas unidades que já oferecem o serviço e a disponibilização naqueles que ainda não o tem. Esses leitos são utilizados por pacientes em momento de crise. O serviço, no entanto, é bem diferente do que era oferecido na UA, onde o paciente poderia ficar por até seis meses em tratamento e acompanhamento intensivo.

A casa da UA funcionava no esquema de república. O local, que tinha as mesmas características de uma residência comum, e vista por fora poderia ser até confundida com uma, abrigava pacientes que estavam livres para sair e exercerem atividades normais, como trabalhar, desde que respeitassem as normas, como horário de chegadas e a continuidade do tratamento. Acompanhando os pacientes, equipes de monitores se revezavam em turnos, com psicólogos e uma equipe médica.

Marcelo, de 50 anos, que não quis ser identificado pelo sobrenome, foi um dos primeiros moradores da UA e diz que deve sua estabilidade financeira e emocional por conta do tratamento recebido. "Eu morei duas vezes na UA. Faz três anos que fui liberado pela última vez. Hoje, graças ao tratamento, eu não me vejo mais como um morador de rua e sei que tem várias pessoas que gostariam de ter a mesma chance. Para mim, foi o começo da minha reabilitação. Pena que agora ninguém mais poderá ter essa chance".

Além dos que estavam em tratamento, uma fila de espera perdeu as esperanças. É o caso de Eduardo Dias, 38 anos, que nunca conseguiu uma vaga, mesmo em tratamento no Caps. "Não é fácil que as pessoas aceitem esse tipo de doença. Muitos não acham que é doença. Através do Caps e da redução de danos, consegui melhorar muito em relação à minha saúde mental. Infelizmente, não deu tempo de eu conseguir uma vaga na UA".

Fotos: Victória Cócolo

Internos e funcionários despedindo-se da unidade fechada

Para o psicólogo e integrante da luta antimanicomial da cidade, Ed Carlo Faria, o fechamento é um retrocesso, já que a cidade foi pioneira em várias iniciativas voltadas ao atendimento a pessoas com problemas de saúde mental, como o fato de ter sido a primeira cidade a criar um Caps e até mesmo um modelo de UA antes mesmo da existência do projeto como política pública. "Nós começamos esse projeto, que não é novidade por aqui. Agora, dizemos que não está funcionando e fechamos. Com base no quê? Acho que estamos recuando e a população é quem está mais sofrendo".

Todos os funcionários com contrato vigente da Unidade de Acolhimento conseguiram ser realocados em outros serviços do hospital Cândido Ferreira. Mas temem pelos novos cortes anunciados pela prefeitura na última semana de agosto, que diminuirá em 600 mil reais, aproximadamente 10% do orçamento recebido pelo hospital, que poderá afetar outros serviços administrados pelo hospital.

"Quem mais sofreu com o fechamento foram, visivelmente, os pacientes, que ficaram bem conturbados. A gente conseguiu ser realocado, apesar de isso não significar estabilidade, já que a Prefeitura anunciou corte de recursos e isso pode inclusive resultar em demissões", diz Marina de Souza, enfermeira do Caps.

Mandala de encerramento, representando os sentimentos em relação ao fechamento do CAPS e o que aprenderam lá

Setor de eventos movimenta turismo e hotéis

Setembro, outubro e novembro são meses de mais procura; número de hóspedes chega a 61 mil por mês

Isabella Fernandes

O turismo de eventos e negócios chega a atrair cerca de 50% de toda ocupação hoteleira de Campinas. Segundo a diretora de Turismo de Campinas, Alexandra Caprioli, os meses de mais procura são setembro, outubro e novembro na qual o número de hóspedes pode chegar a 61 mil por mês. Essa porcentagem varia entre 30% e 50% de acordo com a época do ano.

Até o momento, cerca de 740 mil turistas se hospedaram nos hotéis da região neste ano, quase metade deles atraídos por esses setores. Não é à-toa que o turismo de negócios e eventos são considerados as principais atividades econômicas que movimentam o setor em Campinas, afinal, são eles os responsáveis por trazer pessoas de todas as cidades e até países.

Existem cerca de 42 hotéis na região de Campinas com um total de 4.621 leitos. Mesmo assim, houve momentos em que a oferta dos hotéis foi muito muito pequena para a demanda de hóspedes. "Isso acontece em ocasiões em que temos grandes eventos, mas com a inauguração dos novos hotéis creio que haja um equilíbrio", afirma Alexandra.

Maximilliam Corrêa, de 28 anos, mora em Nhandeara (SP, a 419,3 quilômetros de Campinas). Ele veio para a cidade participar de um recrutamento promovido pela empresa em que trabalha há sete anos. Recém-formado na faculdade de Engenharia Elétrica, Corrêa está concorrendo a uma vaga de emprego em sua área de formação. Enquanto faz o treinamento, que dura cerca de três meses, ele está hospedado num hotel na região do Aeroporto Internacional de Viracopos. "A empresa está bancando todos os gastos realizados no primeiro mês de treinamento. Nos outros dois, será tudo por minha conta", afirma ele, que já está em busca de um apartamento para alugar.

Para atender um público tão importante, Campinas precisa estar preparada, afinal, um bom atendimento também influencia na conquista de novos hóspedes. Pensando nisso, os hotéis oferecem serviços diferenciados como descontos nas diárias de acordo com o tempo de estadia. O diretor de Hotelaria do Campinas e Região *Convention&Visitors* Bureau, Douglas Marcondes,conta que as equipes passam por treinamento e sempre se atualizam. Ele reforça a importância de profissionais bilíngues.

Como a procura por hospedagem é muito maior nos dias de semana, muitos hotéis precisam desenvolver atrativos para manter público nos finais de semana. "Sempre trabalhamos com tarifas menores em finais de semana, quando não temos nenhum evento programado", explica Nathália Campos, coordenadora de vendas do Hotel Premium, no Cambuí. De acordo com ela, aos sábados e domingos, também é possível atender a estudantes que vêm a Campinas para cursar pós-graduações.

Maximiliam migrou da sua cidade natal por causa da empresa

TURISMO DE SAÚDE

Outro setor que movimenta o turismo na cidade é a saúde. Por ano, cerca de 60 mil pessoas se hospedam em hotéis em Campinas para consultas e tratamentos nos hospitais e clínicas, de acordo com o Região Convention&Visitors Bureau. Mensalmente essa porcentagem chega a 4% do total de 122 mil hóspedes.

Alexandra afirma que a procura pela área de saúde tende a crescer ainda mais. Os principais motivos desses setores terem tanta força na economia da cidade são os hospitais de referência como Sobrapar, Boldrini e Hospital de Clínicas, além dos profissionais renomados e o baixo custo nos atendimentos.

Segundo Marcondes, nem mesmo a crise tem diminuído a vinda desse público para Campinas. "Saúde é uma necessidade primária e, de fato, o que notamos é um crescimento deste público, brasileiros ou estrangeiros, que buscam oportunidades de tratamentos qualificativos, especializados e com bom custo benefícios se comparado à procedimentos realizados fora do Brasil, por exemplo", afirma.

Campinas é a 8ª mais inteligente do Brasil

Aumentar o investimento em soluções tecnológicas fez cidade subir duas posições no ranking

Amanda Port

O estudo Connected Smart Cities 2017, elaborado pela Urban Systems, empresa especializada em análise de dados demográficos em mapas digitais, consagrou Campinas como a 8ª Cidade mais inteligente do Brasil e a 1ª não-capital dentro de um estudo nacional envolvendo mais de 700 cidades brasileiras.

Comparado ao ranking de 2016, a cidade subiu duas posições e esse avanço é avaliado como fruto de uma série de investimentos de união entre serviços públicos e a tecnologia sustentável com destaque na área de urbanismo e tecnologia e inovação.

Do ano passado até o fechamento da pesquisa de 2017, Campinas recebeu investimentos que contribuíram ao seu crescimento econômico sustentável, como na área de urbanismo com a revitalização da avenida Francisco Glicério, principal via da cidade, em junho de 2016, que otimizou a aparência e o funcionamento do comércio local.

Paralelamente, foram lançadas soluções tecnológicas que integram serviços públicos, entre eles o lançamento do aplicativo Portal do Cidadão – que engloba dez serviços da Prefeitura e autarquias como consulta de multas, 156 online, busca de medicamentos, Procon, entre outros –, e a ampliação de pontos de Wi-fi gratuitos em avenidas e terminais importantes da cidade.

O funcionário público José Márcio Cardoso já economizou idas à prefeitura e autarquias com o aplicativo em conjunto do wi-fi: "Em poucos minutos, usando o wi-fi público, eu consegui consultar o andamento do meu protocolo do 156 e logo em seguida buscar a disponibilidade do medicamento que uso no posto de saúde mais próximo. É muito bom ver que temos tantos serviços que se conversam, facilita a nossa vida".

De acordo com Fernando Garnero, presidente da Informática de Municípios Associados (IMA), empresa responsável por desenvolver grande parte dos softwares e soluções tecnológicas do município, é essencial investir no conceito de Cidades Inteligentes e sua propagação: "Vivemos numa época que é necessário acompanhar os avanços tecnológicos então por que não aproveitar essa necessidade para facilitar o acesso dos cidadãos de Campinas à prefeitura e suas autarquias sendo uma Cidade Inteligente"?

Para realizar a pesquisa, foram avaliados diversos setores públicos e sua integração com a tecnologia e sustentabilidade. Dentre elas: mobilidade, urbanismo, meio ambiente, energia, tecnologia e inovação, economia, educação, saúde, segurança, empreendedorismo e governança.

PRIMEIRA CIDADE INTELIGENTE SOCIAL SERÁ NO BRASIL

O projeto Smart City Laguna, desenvolvido pela empresa italiana Planet, é o primeiro projeto de cidade inteligente com cunho social de todo o mundo. Próximo à Fortaleza (CE), a cidade de 3,3 milhões de metros quadrados de área está sendo desenvolvida do zero e possuirá todos os recursos de uma cidade inteligente avançada, como planejamento e arquitetura de ruas e casas padrões, conectividade de serviços gerais por *smartphone* e integração de energias sustentáveis em uma cidade totalmente planejada e conectada.

Entretanto, alguns usuários constataram lentidão ao tentar utilizar os serviços de wi-fi nos pontos da Avenida 13 de maio. De acordo com a usuária Melissa Torquato, além da baixa qualidade há também muitas exigências para o log in: "Eles pedem para preencher um formulário grande com muitas informações pessoais, algumas até desnecessárias. Para quem precisa da internet com pressa, acaba desistindo de conectar e se torna mais dor de cabeça". Ao todo são 24 pontos de internet gratuita com a velocidade de 1 megabite.

Em defesa, Fernando Garnero ressalta a importância do cadastro: "O cadastro é para a segurança do usuário e de nosso sistema. Quando há muitos acessos ao mesmo tempo é natural a velocidade ser reduzida, mas estamos trabalhando para sempre melhorar esses aspectos", completa.

QR Code passa a ser usado para pagar passagem

Nova forma de cobrança tem objetivo de eliminar uso de dinheiro no transporte público em Campinas

Isabela Andrade

A Prefeitura, em conjunto com Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec), desenvolveu um novo sistema de cobrança de passagens de ônibus. O bilhete QR Code (sigla em inglês para *Quick Response Code* ou Código de Resposta Rápida) foi implementado no começo de agosto, com o intuito de eliminar por completo a utilização de dinheiro dentro do transporte público. O sistema está em fase de teste por 90 dias.

O novo sistema já está em funcionamento em todas as 200 linhas, nas quais os 1.250 veículos operam com o leitor de QR Code. No entanto, de acordo com o motorista da linha 3.29, que vai do Centro para o Terminal Barão Geraldo, Nilton Porto, até o momento, nenhum passageiro que utiliza essa linha fez o pagamento da tarifa de R$ 4,50 usando o tíquete.

"A Prefeitura deveria abrir mais locais de vendas para o tíquete, porque, até agora, ninguém usou. Eles pagam a passagem em dinheiro ou usam o passe", comenta o motorista. A estudante de biologia Mariana Leal, de 20 anos, que utiliza o ônibus todos os dias para ir e voltar da universidade afirma que, apesar de estar ciente da novidade do QR Code, o ideal seria que a opção do pagamento em dinheiro permanecesse. "Já houve vezes em que eu esqueci o passe e tive que usar o dinheiro. Se isso acontecer e não for possível pagar, terei que ir até um estabelecimento que vende o QR Code", diz.

O projeto de eliminação do uso do dinheiro dentro dos ônibus vem sendo implementado desde 2014, quando houve a retirada dos cobradores e foram criados os bilhetes de "1 Viagem" e "2 Viagens". Para o diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários Anexo de Campinas, Matusálem de Lima, retirar o dinheiro dos ônibus é uma medida viável pois, "nós do sindicato zelamos pela segurança dos motoristas e passageiros, para diminuir a quantidade de assaltos, principalmente nas linhas de ônibus que vão para o centro da cidade, onde a demanda em pagamento em dinheiro é maior".

Segundo Carlos José Barreiro, presidente da Emdec e secretário de transportes de Campinas, esse período de 90 dias de testes, previsto até dezembro, serve para corrigir pequenos erros no novo sistema e divulgar o projeto para aqueles que pagam a passagem em dinheiro, que equivalem entre 9% a 10% da população. "Campinas vai ser a primeira cidade grande que vai ter um sistema completamente de forma desembarcada, algo que se assemelha com o metrô, que você paga antes de entrar", explica.

Para Barreiro, essa é a melhor solução que existe no mercado brasileiro. "[O sistema] faz com que o motorista não tenha mais que parar o coletivo para dar o troco aos passageiros, permite que ele esteja focado na direção, para realizar o trabalho com segurança e de forma cuidadosa".

O QR Code é um código de barras impresso em papel que armazena dados e caracteres

Atualmente o biblete custa R$4,50 e não proporciona integração nem reembolso quando não utilizado

A venda do tíquete acontece em mais de 300 estabelecimentos comerciais em redes credenciadas pela Transurc

Estão entre elas farmácias, lotérica, padarias, bancas de jornais entre outros locais, até mesmo nas sede da Transurc

O código soluciona a compra para quem não possui o bilhete único e evita ao motorista o recebimento de dinheiro no ônibus

Futuramente será possível adquirir e utilizar o código através de aplicativo de celular, facilitando também para o passageiro

Calçadas ruins são obstáculos para pedestres

Buracos, lixo e falta de semáforo são alguns dos problemas nas ruas próximas ao campus 1 da PUC

Ticiana Fernandes

A cena se repete todos os dias: no Parque das Universidades, bairro onde está localizado o Campus 1 da PUC-Campinas, centenas de estudantes se deslocam pelas ruas no horário das aulas. Mas o que era para ser uma caminhada tranquila até a faculdade transforma-se em um verdadeiro desafio devido à falta de infraestrutura de trânsito na região.

Os problemas mais recorrentes no caminho dos pedestres que circulam pelo bairro são as calçadas esburacadas e cheias de lixo, a ausência de semáforos, passarelas e faixas de pedestre, além do crescimento de mato no entorno das vias, que acabam servindo de abrigo para pragas urbanas, como baratas, ratos e escorpiões. Também não há nenhuma preocupação com a acessibilidade, sendo praticamente impossível transitar na região como cadeirante. O grande fluxo de veículos completa o problema.

Para Mariana Laurindo, de 20 anos, estudante de Jornalismo e moradora do bairro, andar pela região é complicado. "São muitos carros e os motoristas não são muito educados. Sinto falta de faixa de pedestres, principalmente perto dos portões da faculdade. Placa de velocidade também falta. Tem gente que vem voando com o carro e como a gente, às vezes, precisa andar no meio da rua, fica ainda mais perigoso", afirma.

A estudante do curso de Artes Visuais, Carolina Guimarães, de 20 anos, acredita que "circular pelo bairro é incômodo, meio nojento, até". De acordo com ela, as calçadas têm até cacos de vidro. "É muito perigoso para quem anda de chinelos", diz.

As situações relatadas pelas estudantes podem se tornar um risco para a segurança dos moradores. Dados divulgados em 2016, no Relatório de Acidentes de Trânsito da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec), apontam que 32,4% das mortes ocorridas no trânsito de Campinas no último ano foram de pedestres: um total de 24 atropelamentos que terminaram em fatalidades.

Procurada pela reportagem do *Saiba+*, a assessoria de imprensa da Emdec não comentou o caso. Além disso, a assessoria informou que é demasiadamente requisitada por alunos da PUC, o que ultrapassa a capacidade de atendimento do setor.

Fotos: Ticiana Fernandes

Calçada esburacada na Av. Ana Maria Silvestre Adade em frente ao portão 2 do campus I da PUC

Buraco na Avenida José Próspero Jacobucci, na região do Campus I da PUC-Campinas

Congresso propõe alterações na Lei Pelé

Entre as mudanças estão a redução da indenização para 10% e férias dividias em dois períodos

Foto: Divulgação

Leo Artur, meio-atacante da Ponte aproveitou dos benefícios da Lei Pelé para criar seu filho recém-nascido após sua saída do Corinthians, em maio

Thiago Esmeriz

Há 20 anos as relações de trabalho no futebol brasileiro começaram a mudar: em 1997, o meia-armador Claudio Alexandre de Oliveira, o Claudinho, foi o primeiro jogador a receber do contratante o direito a 30% do próprio passe de sua transferência, dando assim início ao projeto que culminaria a Lei Pelé. Só que, hoje, a lei que mudou as relações trabalhistas no futebol corre risco de ser alterada.

Os projetos que tramitam no Congresso – a Lei Geral do Futebol, na Câmara Federal, e a Lei Geral do Desporto, no Senado – propõe que o atleta demitido sem justa causa tenha direito à indenização sobre apenas 10% do que resta cumprir de seu contrato. Atualmente, esse valor é calculado sobre 100% do acordo de trabalho.

Segundo a Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol (Fenapaf), as mudanças propostas irão tornar precárias as relações de trabalho dos jogadores. Mesmo que sejam projetos de lei em diferentes escalas – a Lei do Desporto engloba todas as modalidades esportivas, enquanto a outra trata exclusivamente do futebol –, as duas preveem mudanças semelhantes, como a possibilidade de fatiamento das férias e do descanso semanal. Nas contas da entidade, as mudanças prejudicam cerca de 30 mil profissionais.

Claudinho (em pé) foi o primeiro a receber beneficios da lei Pelé

Um dos membros do Fenapaf e atual jogador do Atlético Paranaense, Paulo André, acredita que, se aprovada, as mudanças na lei só beneficiam os clubes e não o jogador. "Querem transformar uma lei que foi feita para o atleta em uma lei para empresários e donos de clubes", afirma o zagueiro.

André ainda acredita que as mudanças seriam um "passo para trás" e que a lei perderia o sentido de existência. "A lei foi feita para profissionalizar o futebol. Foi criada para transformar o esporte em um meio trabalhista sério, mas fazer essas mudanças seria retroceder toda uma batalha de 20 anos que começou com o Claudinho e agora conta com a ajuda da Fenapaf".

As férias de 30 dias, que hoje coincidem com o fim do Campeonato Brasileiro, em dezembro, passariam a ser concedidas em qualquer período do ano e divididas em dois períodos (10 e 20 dias). O repouso semanal remunerado de um dia seria dividido em dois períodos de 12 horas.

Ex-treinador e jogador profissional, José Luiz Carbone acredita que a mudança de repouso deveria ser mantida como está na lei. "Como treinador e jogador, sempre preferi tirar um dia completo de folga, pois me ajudava a descansar e também aproveitar meu tempo com a família. Com essa mudança na lei, o jogador não conseguiria nem descansar e nem aproveitar o tempo livre para família, amigos. Seria como uma rotina de trabalho quase escrava", afirma.

O fim do chamado direito de arena também é alvo de protesto. Desde 2001, os atletas recebem um percentual sobre os contratos de transmissão dos jogos pela televisão e, agora, com as modificações sugeridas à Lei Pelé, correm o risco de não ter mais participação.

Leonardo Artur de Melo, ou simplesmente Léo Artur, atacante, de 22 anos, explica que a Lei Pelé é o que faz o jogador querer virar um profissional. "Quando entendemos todos os direitos que temos pela lei, além de ter nossa carteira assinada (...) isso nos motiva a querer ser um bom profissional de futebol."

De acordo com um levantamento feito pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) no ano passado, dos 28.203 jogadores de futebol profissionais do País, apenas 1.106 ganham mais de R$ 5 mil por mês. A maioria, 82%, recebe até R$ 1 mil mensais, pouco mais de um salário mínimo, de R$ 880.

Claudinho, treinador de base

Uso contínuo de narguilé pode causar câncer

Uma sessão de 20 a 80 minutos inalando a fumaça do equipamento equivale ao consumo de 100 cigarros

Renata Toddai Souto

Segundo estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS), uma sessão de 20 a 80 minutos ao redor do narguilé, inalando a fumaça aromatizada e respirando o ar do ambiente, equivale ao consumo de 100 cigarros. De origem árabe, o equipamento, também conhecido como cachimbo d'água, shisha ou Hookah, é utilizado para fumar, no qual uma essência (composta por tabaco e aromatizantes) é aquecida por carvão e resfriada no líquido antes de ser aspirada, por meio de uma mangueira.

Com base nessa estimativa, a pneumologista Maria de Fátima Marciano diz que, pela equivalência que tem com o cigarro, o narguilé pode viciar e alerta sobre a procedência das essências utilizadas no equipamento. "Os riscos de produtos de baixa qualidade podem comprometer a segurança do usuário, principalmente se houver fungo naquele material de origem duvidosa."

Para Rafael Bacellar, de 22 anos, estudante de Publicidade e Propaganda, e usuário há cerca de seis anos, o narguilé é, acima de tudo, união. "Gosto de usar porque une a galera, está sempre todo mundo junto fumando, tomando uma cerveja", diz.

"Os riscos de produtos de baixa qualidade podem comprometer a segurança do usuário."

O estudante acredita que faz menos mal do que o cigarro e, junto com mais dois amigos, criou um canal no *Youtube,* o Hookahnal, para dar dicas sobre o fumo. "Quando lança sabor novo, a gente compra, experimenta e fala o que acha, comparando com outros. Além de ensinar a fazer mix (mais de um fumo diferente), a gente ensina a estilizar mangueira, fazer peças caseiras, porque a maioria é cara."

No mercado, um equipamento custa a partir de R$ 150,00, sem contar as essências e demais acessórios. Uma opção é frequentar uma narguilaria, onde é possível pagar um valor para usar os equipamentos. Nesse caso, é preciso desembolsar, em média, de R$ 20 a R$ 40, dependendo da essência. Esse valor independe da quantidade de pessoas que vão dividir o equipamento e dá direito ao uso até o final da essência. Sozinho, esse tempo chega a cerca de 40 minutos.

Assim como Bacellar, o estudante Matheus Curcio, de 21 anos, não acredita que o narguilé seja pior que o cigarro. Ele também acredita que o método seja ótimo para socializar. "Eu gosto de fumar quando estou com os meus amigos em rolês ou até mesmo em casa para juntar uma galera".

Foto: Renaa Toddai Souto

Maioria dos usuários concorda que o narguilé ajuda a socializar

Além de achar inconveniente por ser um equipamento de uso, na maioria das vezes, comunitário, Maria de Fátima alerta que o narguilé diminui as defesas das células responsáveis, dentro do pulmão, contra bactérias e mantém um risco para o aumento de câncer de pulmão, de lábios e de laringe.

Foto: Heloise Meirelles

Uma sessão de 20 a 80 minutos ao redor do narguilé equivale ao consumo de 100 cigarros, podendo causar problemas respiratórios e até câncer